

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Nº 505-A

Class.: 164

Data 02/06/75

Pg.: _____

Funai propõe que o índio vá ao branco

LÚCIO FLÁVIO PINTO
Correspondente em Belém

O que acontecerá quando as últimas populações indígenas do País, concentradas na Amazônia, forem atingidas pelas frentes de penetração nacional em locais distantes e sem a possibilidade de um seguro controle do relacionamento que se seguirá ao encontro? Os antecedentes não são estimulantes e, para evitar os malefícios previstos, a Delegacia Regional da Funai no Pará está propondo que, em vez de se esperar que o branco atinja o índio, faça-se o índio chegar ao branco.

A forma seria a constituição de projetos econômicos executados pelos próprios índios, que seriam treinados para utilizar a mesma tecnologia que se emprega nos projetos desenvolvidos pelos "civilizados" na Amazônia.

O raciocínio é simples: por que o índio não poderia ser um bom criador, um bom madeireiro ou um bom agricultor, principalmente se em algumas de suas áreas as condições naturais são propícias? Falta-lhe exclusivamente a técnica indispensável para um aproveitamento mais racional e produtivo desses recursos, mas não a capacidade de apreender — com profundidade e rapidez — os conhecimentos acumulados pelos "brancos". Algumas das vocações naturais dos índios — interprete das frentes pioneiras, caçador, agricultor, mateiro, topógrafo etc. — não foram utilizadas porque não foi possível manter um relacionamento sereno e justo entre os pioneiros da civilização e as populações primitivas contactadas. Mas em ambientes fechados, isso não seria possível?

O marechal Cândido Rondon acreditava que sim e propôs a montagem de pequenas serrarias e a formação de campos de cultivo. A diferença entre a proposição de Rondon, feita há mais de 25 anos, e a da Delegacia Regional da Funai no Pará é que no primeiro caso a introdução de métodos estranhos aos índios visava apenas acelerar seu processo civilizatório (isolados e sob controle, os índios passariam da idade da pedra para uma fase aproximada da que vivemos por meio do emprego de uma tecnologia

superior à sua). No segundo caso, os índios entrariam diretamente no mercado capitalista: não fabricariam um produto e sim uma mercadoria, já que ela inevitavelmente seria comercializada, adquiriria um valor.

Para ingressar no mercado, a produção indígena teria que possuir determinadas condições de preço e qualidade para ser aceita, como qualquer mercadoria. Os índios teriam condições de atingir esses dois níveis? Esta é uma dúvida, que só o tipo de treinamento que será dado pela Funai e a reação dos índios poderá responder. Mas há uma dúvida mais fundamental: quais as consequências da introdução de sociedades igualitárias, como são as comunidades indígenas, num sistema capitalista, que apropria valores e exige competitividade?

Se a experiência proposta fosse bem realizada e a produção madeireira dos Mundurucu resultasse em lucro, como ele seria utilizado? Se alguns índios demonstrassem maior capacidade de produção ou, no caso da exploração ser isolada, mais eficiência na comercialização, não haveria o risco desses índios melhor sucedidos passarem a controlar os demais? Qual o grau de autonomia de que esses índios produtores de madeira desfrutariam em relação ao controle normalmente exercido pela Funai? Se não quiséssemos cometer erros em consequência de práticas paternalistas, o órgão poderia abrir demais as possibilidades de relacionamento dos compradores "brancos" com os produtores índios, contaminando estes com os valores daqueles, produzindo a desintegração social interna.

A experiência apresenta muitas possibilidades de malogro, mas é inegável que expressa uma questão premente: como defender ou preparar as comunidades indígenas que, entre outros motivos, devido ao isolamento geográfico, só têm mantido contatos esporádicos com a civilização moderna? No Sul e Sudoeste do Pará a proximidade entre as reservas ou simplesmente terras habitadas pelos índios e as fazendas é cada vez maior e a Funai, mesmo com proteção institucional, não pode evitar que os índios ingressem na área dos fazendeiros ou a atividade dos projetos agropecuários afete, mesmo indiretamente, a vida dos indígenas.

A população de mais de dois mil índios que habita o Sul e Sudoeste do Pará, onde se instalaram quase 100 fazendas com recursos dos incentivos fiscais, algumas delas de grandes dimensões, já está sendo afetada pela expansão das pastagens. A caça se torna mais difícil e a pesca tem até desaparecido de alguns cursos d'água menos expressivos. Além disso, como as áreas indígenas não

são cercadas, as invasões são constantes, estimuladas pela inexistência de uma fiscalização direta e pelas irregularidades na concessão de terras devolutas. A integridade das áreas não está inteiramente assegurada: se houver minérios nelas, terá que ser feita a exploração, o que em alguns casos implica a transferência do grupo para outro local ou a convivência forçada e pouco pacífica com os mineradores. Será o caso dos kayapos, pois sua reserva será criada numa região muito pesquisada por empresas de mineração: o Vale do rio Xingu.

Os projetos econômicos idealizados (de madeira no Tapajós, nas terras dos

ótrora temíveis mundurucus, de palmito no Oiapoque ou de culturas permaentes no Xingu) representam uma tentativa de fortalecer esses grupos dando-lhes condições econômicas de independência. Mas se não garantirem sua autonomia e mecanismos de proteção das pressões do mercado capitalista (o que estava previsto no projeto de Rondon, que era mais antropológico do que econômico), os índios poderão ser jogados mais rapidamente no processo de "aculturação". Na maioria dos casos, essa aculturação significou tão somente destruição cultural: os índios não conseguem se integrar numa sociedade não

igualitária com a brasileira, nem são capazes de se desvincular de sua identidade étnica. Nunca se tornarão perfeitos capitalistas, nem conseguirão evitar o tratamento discriminatório de "índios" (como sinônimo de inferioridade). Mas como são minoria inpotente, a resposta só poderá ser dada pelos "brancos" majoritários e dominadores. Ou especificamente pela Funai, que exerce a tutela sobre os índios em nome dessa maioria.